

## BOLETIM 788

Brasília, 14 de maio de 2019

### GOVERNO AMEAÇA AS NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

O secretário-especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, defendeu o fim das Normas de Regulamentação (NR's) de segurança e saúde no trabalho na abertura da 31ª edição do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

Segundo o secretário, essas normas dificultam a produtividade das empresas, e que é preciso a criação de “um ambiente “propício, acolhedor e saudável para quem vai empreender”. Ou seja, para ele, o que é preciso é submeter trabalhadores a situações de risco, muitas vezes de vida, para garantir um lucro maior para os empregadores.

As regras de segurança do trabalho determinam garantias **mínimas** de segurança para o trabalhador, com o objetivo de manter a saúde e a integridade física das pessoas, prevenindo acidentes e doenças do trabalho nas atividades.

O que o governo está propondo é acabar, por exemplo, com a Norma de Regulamentação NR 12, que trata da regulamentação de maquinário. A norma abrange desde padarias até fornos siderúrgicos, estabelece os regimes de proteção nas áreas que utilizam máquinas e equipamentos de todos os tipos bem como na sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.



Ou acabar com a NR36, que regula as normas de trabalho em empresas de abate de animais e processamento de carnes e derivados.

O afã do governo Bolsonaro em diminuir os custos dos empresários não leva em consideração o impacto que tais medidas terão nas vidas das pessoas. A reforma trabalhista, aprovada por Temer, já tornou as relações de trabalho mais precárias. Com essas medidas de Bolsonaro e com o aumento da informalidade provocada pela reforma trabalhista, os trabalhadores são jogados em situações de vulnerabilidade cada vez maior.

Segundo dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), desde 2012 foram registrados 4,73 milhões de acidentes de trabalho no Brasil, uma média de um acidente a cada 49 segundos, ao mesmo tempo em que ocorreram mais de 17 mil mortes no período. De acordo com o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) e coordenador nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, Leonardo Osório, o governo só pode acabar com as normas regulamentadoras que foram criadas pelo próprio governo.

Assim, as normas que foram criadas por comissões tripartites formadas pelo governo, pelos patrões e empregados, só podem ser revogadas se negociada entre as três partes. Ele explica que esse mecanismo está garantido em uma convenção da OIT, ratificada pelo Brasil.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Fracasso na economia: crescimento baixo e arrocho à vista

A dupla Jair Bolsonaro-Paulo Guedes já prepara uma nova projeção de queda do PIB e já admite que crescimento não chegará a 2% neste ano. Para contornar a dificuldade, promoverá corte adicional no Orçamento, o que só acarretará mais problemas sociais; já está aceso o sinal de alerta de uma recessão.

Reportagem de Julio Wiziack na Folha de S.Paulo indica que a equipe econômica comandada pelo neoliberal Paulo Guedes fará uma revisão do crescimento da economia para entre 1,5% e 2% neste ano, o que pode levar a mais arrocho sobre a população: um bloqueio adicional de até R\$ 10 bilhões na próxima revisão orçamentária.

Há menos de duas semanas, o governo bloqueou quase R\$ 30 bilhões do Orçamento e já tinha reduzido a previsão de um crescimento de 2,5% para 2,2%.

Os bancos e o conjunto do mercado já trabalham com uma projeção de um crescimento próximo de 1,5%.

Já foi aceso o sinal de uma recessão, com a sequência de três trimestres seguidos de retração da economia, aponta a reportagem.

*Fonte: Brasil247*

## Greve Nacional da Educação ganha força com apoio de pais e alunos

A Greve Nacional da Educação, marcada para quarta (15), em todo o País, ganha força com mobilização de professores, demais trabalhadores em Educação, estudantes e comunidade escolar.

A manifestação tem base em três pontos: 1) reforma da Previdência que prejudica os mais pobres, professores e trabalhadores rurais; 2) contra os sucessivos cortes nas políticas educacionais, que afetam o ensino superior e a educação básica; 3) a ameaça de acabar com a vinculação constitucional que assegura recursos para a educação (Fundeb e outras políticas).

**Masp** - Em São Paulo, os atos serão em frente ao Masp, às 14 horas. Celso Napolitano, presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), informa que as escolas estão se reunindo internamente em assembleias e deliberando pela participação. “Também estamos recebendo apoios de grupos de pais e estudantes”, diz. Segundo ele, o trabalho de repassar informações e esclarecimentos sobre o prejuízo da reforma se intensifica a cada dia. “Acredito que vamos chegar à reta final com uma grande adesão à greve”, comenta Napolitano.

Centrais - Dirigentes das Centrais Sindicais se reuniram sexta (10), no Dieese, em SP. Eles decidiram pró-participação na paralisação nacional da Educação, bem como mobilizar para a greve geral contra a reforma da Previdência, em 14 de junho. O clima é de unidade e otimismo.

*Fonte: Agência Sindical*

## OS IMPACTOS DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA VIDA DAS MULHERES



### CDH vai discutir impacto da reforma da Previdência na vida das mulheres

A comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará mais uma audiência pública sobre a Reforma da Previdência nesta terça-feira (14), às 14h, com foco no impacto que a reforma terá sobre as mulheres. A reunião faz parte de um ciclo de debates que se iniciou em fevereiro na CDH, por requerimento do presidente da comissão Paulo Paim (PT-RS).

Para debater sobre essas questões, foram convidados Leonardo Rolim, Secretário de Previdência do Ministério da Economia; Maria da Glória Guimarães, Líder do grupo Mulheres do Brasil; Gláucia Morelli, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil; Marcela Azevedo, representante do Movimento Mulheres em Luta e um representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A Reforma da Previdência (PEC 6/2019) tem sido muito criticada por grupos feministas, os quais interpretam que, se aprovada, a proposta prejudicará a vida das mulheres trabalhadoras. Nas manifestações do dia 8 de março, por exemplo,

muitas mulheres levantaram bandeira contra a PEC por acreditarem que ela reforça a desigualdade de gênero existente no país.

Alguns dos pontos levantados pelas militantes são relacionados à desconsideração da divisão sexual do trabalho e da dupla jornada feminina, ao aumento da idade mínima de aposentadoria para as mulheres, ao aumento do tempo de contribuição para receber o benefício integral, à redução do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e das pensões por morte e invalidez. Isso porque as mulheres representam a maioria dos beneficiados pelas pensões.

*Fonte: Agência Senado*

### Comissão da MP da contribuição sindical tentará novamente eleger o presidente hoje

A comissão mista que analisa a medida provisória editada para impedir o desconto em folha salarial da contribuição sindical (873/19) tentará novamente, hoje, eleger o presidente e o vice-presidente do colegiado. A eleição estava prevista para quarta-feira passada (8), mas foi adiada.

A medida provisória, publicada em 1º de março, determina que a contribuição sindical seja feita através de boleto bancário encaminhado à residência do empregado ou à sede da empresa. Também estabelece que a contribuição seja paga apenas pelos trabalhadores que tiverem expressado seu consentimento individualmente.

Antes da edição da MP, a contribuição era descontada diretamente da folha salarial, no mês de março de cada ano.

*Fonte: Agência Câmara*



## Pedidos de recurso e revisão do INSS passam a ser feitos por internet

A partir desta segunda-feira (13) os pedidos de revisão de valor do benefício, de recursos e de cópia de processos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão ser feitos apenas pela internet, no Meu INSS, ou pelo telefone 135.

A estimativa do INSS é que atualmente esses serviços levem mais de 70 mil pessoas por mês às agências. Com as solicitações feitas pela internet ou telefone, o órgão espera melhorar o atendimento ao público e poupar trabalho e gastos aos cidadãos que precisam se deslocar em busca de uma agência do órgão.

A mudança faz parte do projeto de transformação digital implantado pelo INSS para ampliar a oferta de serviços digitais.

**Como acessar o Meu INSS** - O Meu INSS é acessível por meio de computador ou celular. Para usar o serviço é preciso se cadastrar e obter uma senha no próprio site. Também é possível obter a senha no internet banking de instituições da rede credenciada que são Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa, Itaú, Mercantil do Brasil, Santander, Sicoob e Sicredi. Em caso de dúvida, basta ligar para o 135.

Para acessar os serviços de cópia de processo, revisão e recurso basta ir em Agendamentos/Requerimentos, escolher o requerimento ou clicar em Novo Requerimento, atualizar os dados caso seja pedido e, em seguida, escolher a opção Recurso e Revisão ou Processos e Documentos. Este último é para aqueles que buscam uma cópia de processo.

*Fonte: Agência Brasil*

## Projeto garante pagamento do adicional de 1/3 sobre férias vendidas

O Projeto de Lei 1140/19 prevê que o trabalhador que vender dez dias de férias receberá 1/3 de abono referente a esse período. Apresentada pelo deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), a proposta está em análise da Câmara dos Deputados.

Atualmente, a CLT assegura ao empregado o direito de converter o correspondente a 10 dias de férias em abono pecuniário, mas sem a incidência do terço a mais previsto na Constituição.

O Tribunal Superior do Trabalho, em julgamento quanto à incidência de 1/3 sobre o abono pecuniário, em 2014, também foi contrário à concessão desse direito ao trabalhador.

O projeto também prevê que o 1/3 adicional de férias seja pago nos casos de paralisação total ou parcial da empresa por mais de 30 dias. Hoje a CLT veda o direito de férias ao empregado que deixar de trabalhar, recebendo salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação da empresa.

*Fonte: Agência Câmara*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**